

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 1.118, DE 2022

(Apensados: PL nº 3.379/2021 e PL nº 1.771/2022)

Institui a política de atendimento ao jovem desligado de instituições de acolhimento destinadas a crianças e adolescentes e altera a Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964, que dispõe sobre o Serviço Militar.

Autor: SENADO FEDERAL (CPI MAUS-TRATOS)

Relator: Deputado ROBERTO DE LUCENA

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 1.118, de 2022, de autoria do Senado Federal (CPI Maus-Tratos), institui a política de atendimento ao jovem desligado de instituições de acolhimento destinadas a crianças e adolescentes e altera a Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964, que dispõe sobre o Serviço Militar, para dar preferência aos jovens oriundos de instituições de acolhimento na seleção para o serviço.

A este projeto de lei, foram apensados:

- PL nº 3.379/2021, de autoria da Deputada Marina Santos, que institui o Programa de Auxílio aos Jovens em processo de desligamento de serviços de acolhimento para crianças e adolescentes por terem atingido a maioridade, que tenham vínculos familiares rompidos ou fragilizados e não possuam meios para autossustento, com o objetivo de amenizar seu risco pessoal e social e sua situação de vulnerabilidade e promover sua inclusão social.



- PL nº 1.771/2022, de autoria do Deputado Capitão Alberto Neto, que estabelece a prioridade de adolescentes residentes em abrigo para a prestação do serviço militar.

Distribuídas às Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público (mérito); Seguridade Social e Família (mérito); Finanças e Tributação (art. 54 do RICD); e Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 do RICD), as proposições estão sujeitas à apreciação do Plenário e ao regime de tramitação prioritário (art. 151, II, RICD).

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O **Projeto de Lei nº 1.118, de 2022**, atribui ao Poder Público a responsabilidade pela criação de serviço de apoio para garantir, por prazo determinado, moradias acessíveis (repúblicas), destinadas a jovens entre 18 e 21 anos egressos de instituições que: a) estejam em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social; b) tenham vínculos familiares rompidos ou extremamente fragilizados; c) estejam em processo de desligamento de instituições de acolhimento; d) não tenham possibilidade de retorno à família de origem ou de colocação em família substituta; e e) não possuam meios para prover o próprio sustento.

As repúblicas deverão ser organizadas em unidades femininas e masculinas, serão geridas coletivamente pelos seus integrantes e disponibilizarão alimentação na proporção mínima de uma cesta básica por jovem acolhido.

A proposição prevê apoio técnico nas repúblicas, que será encarregado de disponibilizar condições para que os jovens sejam orientados e encaminhados a outros serviços, programas ou benefícios da rede socioassistencial e das demais políticas públicas, em especial programas de



profissionalização, inserção no mercado de trabalho, habitação e inclusão produtiva.

O texto prevê, ainda, o processo de transição do serviço de acolhimento de adolescente para o serviço de acolhimento em república, que deverá se desenvolver de forma gradativa e fortalecer as habilidades, aptidões e competências do adolescente, tudo com o objetivo de promover a sua autonomia. O adolescente deverá ter acesso a programas, projetos e serviços para desenvolvimento de atividades culturais, artísticas e esportivas; a programas de aceleração de aprendizagem, quando for o caso; e a cursos profissionalizantes e estágios.

Finalmente, o PL 1.118, de 2022, altera a Lei do Serviço Militar (Lei nº 4.375, de 1964) para dar preferência aos jovens oriundos de instituições de acolhimento na seleção para o Serviço Militar e nas vagas destinadas ao Programa Soldado-Cidadão.

De sua vez, o **PL 3.379, de 2021**, institui o *Programa de Auxílio aos Jovens* que atingiram a maioridade e estão em processo de desligamento de serviços de acolhimento para crianças e adolescentes que tenham vínculos familiares rompidos ou fragilizados e não possuam meios para autossustento. O programa compreende a transferência de renda, mediante o pagamento de auxílio mensal, custeado com recursos da União, no valor de R\$ 300,00 até os 21 anos completos, e a oferta de serviços a esses jovens.

Na mesma linha do PL principal, o PL 3.379, de 2021, prevê o acolhimento do jovem em república, onde será oferecido apoio técnico multiprofissional e interdisciplinar. Na hipótese de inexistir vaga na república, o auxílio mensal deverá ser acrescido de 50% do seu valor.

A proposição prevê, ademais, a prioridade desses jovens em programas de capacitação técnica e profissional, de intermediação de mão de obra e em outras políticas públicas de inserção produtiva. Por fim, o projeto de lei atribui ao órgão da Administração Pública federal responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social as tarefas de executar, monitorar e avaliar o programa, assim como editar normas complementares necessárias à sua execução.



Por fim, o **PL 1.771, de 2022**, assim como o projeto de lei principal, estabelece a prioridade dos jovens egressos de instituições de acolhimento na seleção e incorporação para a prestação do serviço militar.

As proposições sob exame dispõem sobre a adoção de medidas importantíssimas de amparo aos jovens desligados de instituições de acolhimento e buscam dar concretude ao art. 227 da Constituição Federal, que estabelece ser dever do Estado assegurar ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à alimentação, à profissionalização e à dignidade.

De fato, a proposição principal (PL 1.118/2022), que teve origem na CPI dos Maus-Tratos finalizada em 2018, é absolutamente meritória e busca oferecer uma transição adequada aos adolescentes que irão atingir a maioridade e serão desligados das instituições de acolhimento. Essas instituições abrigam crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, que, ao completarem 18 anos, precisam deixar essas instituições que, muitas vezes, são reconhecidas como único lar, o que pode causar dificuldades de adaptação à nova realidade. Sendo assim, o serviço de apoio composto por moradia, supervisão técnica, alimentação, encaminhamento a serviços de assistência social e profissionalização revela-se extremamente salutar.

Faz-se necessário um pequeno ajuste de redação no art. 11 do PL 1.118/2022, apenas para substituir a expressão “parcerias público-privadas” por “parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil”, e, assim, evitar que se aplique o dispositivo às concessões de serviço público.

Lamentavelmente, do ponto de vista financeiro e orçamentário, não podemos ignorar o fato de o PL 3.379, de 2021, que institui um auxílio mensal a esses jovens, não indicar a fonte de custeio desse benefício, tal como determina o § 5º do art. 195 da Constituição, além de não apresentar a estimativa do impacto financeiro e orçamentário, o que indica sua baixa chance de êxito no âmbito da Comissão de Finanças e Tributação.

Diante disso e com o objetivo de não retardar a aprovação do projeto principal, originário do Senado Federal, acreditamos ser estratégico



rejeitar o PL 3.379, de 2021, sem, no entanto, deixar de prestar as devidas homenagens a essa proposição, pois acreditamos que a criação de um benefício financeiro mensal teria o condão de transformar a vida dos jovens egressos das instituições de acolhimento.

De igual modo, objetivando acelerar a aprovação do PL principal, entendemos ser estratégica a rejeição PL 1.771/2022, que assim como o principal, dá prioridade a esses jovens na seleção para o Serviço Militar e nas vagas destinadas pelo Programa Soldado-Cidadão. Ressalte-se que, mesmo com a rejeição do PL 1.771/2022, os seus objetivos serão alcançados com a aprovação do PL principal.

Por essas razões, votamos pela **aprovação** do PL 1.118, de 2022, **com a emenda de redação anexa**, e pela rejeição dos apensados.

Sala da Comissão, em de de 2022.

Deputado ROBERTO DE LUCENA
Relator

2022-6107



COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 1.118, DE 2022

Institui a política de atendimento ao jovem desligado de instituições de acolhimento destinadas a crianças e adolescentes e altera a Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964, que dispõe sobre o Serviço Militar.

EMENDA DE REDAÇÃO Nº 1

Dê-se a seguinte redação ao art. 11 do PL nº 1.118, de 2022:

"Art. 11. O Poder Público, sempre que possível, promoverá a inserção dos jovens de que trata esta Lei no mercado de trabalho formal por intermédio das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil ou de empresas vinculadas aos programas governamentais de promoção do emprego."

Sala da Comissão, em de de 2022.

Deputado ROBERTO DE LUCENA
Relator

2022-6107

